

RUBENS DE REZENDE GAMA VEIGA

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Monografia apresentada como requisito parcial
à conclusão do curso de Ciências Econômicas,
do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula

CURITIBA

2006

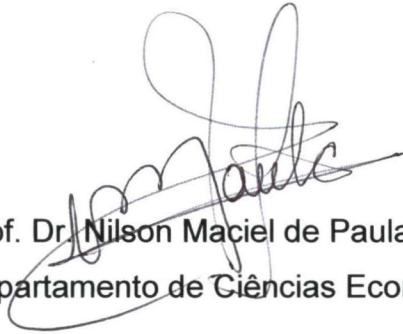
TERMO DE APROVAÇÃO

RUBENS DE REZENDE GAMA VEIGA

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Monografia aprovada como requisito da disciplina da Monografia, para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

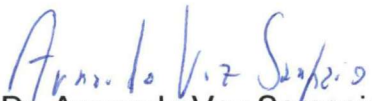
Orientador:



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Armando João Dalla Costa
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, novembro de 2006.

Dedico este trabalho, primeiramente, a duas pessoas maravilhosas, muito queridas e importantes para mim: meus pais (Clóvis e Rosaura); a minha avó Yedda e em memória de meus avós já falecidos (José Veiga, Tereza Veiga e José Arnaldo).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Nilson Maciel de Paula pela orientação e credibilidade em mim depositada durante a concretização deste trabalho.

Aos meus amigos e familiares que, de uma forma ou outra, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento especial pelo apoio prestado ao trabalho à amiga e economista Raquel Eliamara Mendes; à amiga Tacele Araújo e à amiga e futura economista Josielli Beduschi.

Aos meus pais, Clóvis e Rosaura, que tanto batalharam para proporcionar à seus filhos uma vida melhor. Não tenho palavras para descrever o orgulho que sinto em ser filho de duas pessoas tão especiais.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2 UM BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL - CHINA	11
3 EVOLUÇÃO RECENTE DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL - CHINA ...	20
3.1 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: ASPECTOS GERAIS.....	20
3.2 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO COM A CHINA NO CONTEXTO DO COMÉRCIO TOTAL DO BRASIL.....	26
3.3 IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA	28
3.3.1 Pauta Brasileira de Importações Provenientes da China	31
3.4 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES DE PRODUÇÃO.....	31
3.5 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS SELECIONADOS.....	34
3.5.1 Minério de Ferro e Produtos Siderúrgicos.....	34
3.5.2 Soja.....	37
4 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXOS.....	44

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA (EM US\$ MIULHÕES).....	24
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO COM A CHINA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHINA, 1978 - 1985 (US\$ MILHÕES FOB).....	13
TABELA 2 - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHINA, 1985 A 2005, EM MILHÕES E PERCENTUAL.....	15
TABELA 3 - CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS POR REGIÃO.....	25
TABELA 4 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA A CHINA, PRINCIPAIS PRODUTOS, 2004 E 2005.	27
TABELA 5 - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA PROVENIENTE DA CHINA.....	28
TABELA 6 - CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS, POR REGIÃO.....	30
TABELA 7 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS (EM US\$ MILHÕES E EM %).....	32
TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO SETORES PRODUTIVOS EM 1999 E 2003, EM %.....	33
TABELA 9 - CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SIDERURGIA NO MUNDO	37

LISTA DE SIGLAS

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

FOB - FREE ON BOARD

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

SECEX - SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a evolução das relações bilaterais de comércio entre Brasil e China a partir de 1974, com o apoio das principais teorias de comércio. A análise da evolução histórica das relações comerciais entre estes países contempla aspectos relacionados ao acordo de comércio firmado em 1978, bem como o protocolo adicional ao acordo citado que foi oficializado em 1984, além das mudanças ocorridas entre 1985 – 2005. Serão feitas comparações entre a evolução do comércio exterior total brasileiro e a evolução das trocas comerciais com a China. Discute-se também as exportações brasileiras para a China segundo setores de produção e o intercâmbio comercial entre tais países no que se refere aos principais produtos brasileiros na pauta brasileira de exportação, com destaque para a soja e o minério de ferro.

INTRODUÇÃO

A economia chinesa vem se revelando uma grande potência industrial, apresentando um forte ritmo de crescimento e industrialização. O PIB da China em 2005 foi de US\$ 2,2 trilhões, ficando atrás somente dos Estados Unidos, Japão e Alemanha, sendo, portanto, a quarta economia mundial, ultrapassando o PIB de países ricos e desenvolvidos, como por exemplo, a Inglaterra e a França. Além disso, deve-se atentar para a elevada taxa de crescimento do PIB chinês, acima de 9% ao ano em média na última década, num país com elevado potencial em seu mercado consumidor, com mão-de-obra barata e com grande capacidade de financiar o déficit externo na conta corrente dos Estados Unidos.

Atualmente a China é o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e o terceiro maior mercado de destino das exportações brasileiras, atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. No sentido oposto, o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina. O Brasil tem evoluído em suas relações bilaterais com o país que vem tendo o maior crescimento econômico mundial a mais de uma década. As possíveis explicações para esse fato são relevantes para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Isto justifica o estudo de como tem evoluído as relações bilaterais de comércio do Brasil com a China. Este trabalho busca estudar essa evolução das relações bilaterais de comércio entre Brasil e China ao longo do período 1985 a 2005. Durante os últimos anos tem ocorrido uma maior aproximação desses países tanto em termos comerciais quanto da transferência de capital.

No capítulo 1 serão expostas as principais teorias de comércio, inicialmente com o resgate do pensamento clássico através de Smith e Ricardo e da abordagem neoclássica, com ênfase na teoria de proporção de fatores ou modelo Heckscher-Ohlin. Além disso o comércio é visto teoricamente a partir da importância crescente das relações bilaterais e da crescente participação do Estado através de políticas comerciais.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico da relação comercial Brasil China ao longo do tempo, desde 1974 quando ocorreu a divulgação conjunta sobre o estabelecimento das Relações Diplomáticas sino-brasileira, até os dias atuais. Esse capítulo traz à tona também, mesmo que brevemente, as “zonas econômicas especiais” através das quais o governo chinês permitiu a formação de pequenos

blocos capitalistas voltados para transações com o resto do mundo. Nesse mesmo capítulo também é estudado o primeiro acordo de comércio entre Brasil e China, firmado em 1978 com o objetivo principal de aumentar gradativamente o comércio entre os dois países, até que em 1984 foi assinado um Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, o que ampliava as bases do tratado bilateral de comércio estabelecido em 1978 entre Brasil e China, através da exposição de sugestões de mercadorias a serem transacionadas.

O capítulo 3 trata das evidências empíricas das relações de comércio Brasil-China no período recente subdividido em 3 períodos distintos ao longo do tempo.

Posteriormente, no subitem 5 deste capítulo será discutido a pauta exportadora brasileira com destaque para os 2 principais produtos: minério de ferro e soja.

Por fim, serão apresentadas as conclusões da monografia.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão expostas as principais teorias de comércio existentes, tendo como objetivo explicar o funcionamento do comércio mundial, para que, posteriormente, se possa abordar o comércio entre Brasil e a China.

Inicialmente, a teoria clássica abordada por David Hume, Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mills avança em relação à abordagem mercantilista, argumentando que o comércio internacional não é similar a um jogo de soma zero, onde sempre se tem um vencedor e um perdedor, tal como previa a abordagem mercantilista. De um modo geral, a teoria clássica está assentada na premissa de que o contato entre as sociedades e suas economias provoca a difusão de novas idéias e gera progresso científico tecnológico. Desta forma, o comércio entre as nações estimula o desenvolvimento socioeconômico. (GILPIN, 2002)

Por outro lado, os pensadores contrários à disseminação do livre comércio acreditam que o comércio pode prejudicar a sociedade, corrompê-la ao estimular o materialismo e destruir valores culturais. (GILPIN, 2002)

No entanto, os clássicos acreditam que o comércio internacional amplia as possibilidades de consumo, além de que a crença na produtividade do trabalho é uma função da especialização econômica produzindo ganhos na eficiência produtiva e na renda nacional. Segundo Adam Smith o país deve especializar-se na produção do bem cujo tempo de trabalho é menor, visto que o trabalho é a verdadeira causa da riqueza e do suprimento de todas as necessidades da nação. Dessa forma, Smith (1996) formulou a Teoria das Vantagens Absolutas, as quais decorriam das características naturais de cada nação.

As vantagens naturais que um país tem sobre outros na produção de determinadas mercadorias por vezes são tão relevantes que todo mundo reconhece ser inútil pretender concorrer com esses outros países. Utilizando vidros, viveiros e estufas pode-se cultivar excelentes uvas na Escócia, podendo-se com elas fabricar vinhos muitos bons, com uma despesa aproximadamente trinta vezes superior àquela com a qual se pode importar de outros países vinhos pelo menos da mesma qualidade. Seria porventura uma lei racional proibir a importação de todos os vinhos estrangeiros, simplesmente para incentivar a fabricação de vinho clarete e borgonha? (SMITH, 1996, p. 440)

Por isso, com a ocorrência do comércio internacional, cada país irá se especializar na produção do bem em que tem vantagem absoluta em relação aos

demais, como se pode notar nas palavras de Smith: “Enquanto um país tiver estas vantagens, e outro desejar partilhar delas, sempre será mais vantajoso para este último comprar do que fabricar ele mesmo.” (Smith, 1996, p. 440)

Mas a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith exposta em fins do século XVIII não conseguia explicar a vantagem de praticar o comércio internacional para uma situação em que um país obtivesse vantagem absoluta na produção de todos os seus produtos.

Então surge, no início do século XIX com David Ricardo, a Teoria das Vantagens Comparativas, que expõe que cada país deve se especializar na produção onde seus custos comparativos forem menores. Esta teoria representa uma nova base para o pensamento e a teoria liberal do comércio internacional. Ressalta-se que a Teoria das Vantagens Comparativas, juntamente com a teoria do fluxo preço-espécie de David Hume e a lei da demanda recíproca de Stuart Mill representam a base de todo o pensamento liberal.

A teoria de David Hume enfatizava a impossibilidade de superávit comercial continuado, pois a transferência de metais preciosos de países deficitários para países superavitários não estimulava o crescimento da riqueza nacional. Ao contrário, no país superavitário ocorria o crescimento dos preços dos produtos domésticos o que tornava as exportações mais caras, enquanto que no país deficitário, o nível dos preços domésticos era reduzido, o que aumentava, por fim, as exportações. Isto significa dizer que houve uma inversão do processo. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004)

Já a lei da demanda recíproca de Stuart Mill pode ser entendida como uma evolução da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Esta “lei” pode ser considerada como sendo uma evolução das vantagens comparativas ricardianas, atentando-se para o fato de que a unidade de análise é o número de horas dispensadas para a produção de cada mercadoria. Sabendo disso, Stuart Mill propõe que dois países podem efetuar trocas em função das alterações na demanda de cada país, provocadas por problemas conjunturais, que aumentam ou diminuem a necessidade momentânea que cada país tem das mercadorias negociadas. Dessa forma, o comércio ocorrerá quando os preços equalizarem as demandas nos dois países. (MILL, 1982)

No que diz respeito à teoria de David Ricardo, pode-se dizer que cada país deve produzir produtos nos quais possui uma vantagem maior ou uma desvantagem menor. É nesse ponto que a teoria ricardiana difere fundamentalmente da teoria proposta por Adam Smith. Portanto, a teoria das Vantagens Comparativas, expõe que o comércio internacional decorre das diferenças de produtividade do trabalho, o que irá gerar uma especialização da produção. Por isso, “um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004, p. 15)

De acordo com Ricardo (1988), dois países poderão obter benefícios com as trocas entre si, porém cada um deve se especializar na produção do bem que seja relativamente mais eficiente para que possa comercializá-lo por outros bens que não produza de forma tão eficiente. Dessa forma, ambas as economias estarão alcançando a máxima eficiência produtiva possível. (SALVATORE, 2000)

Portanto, Ricardo (1988, p. 70) foi um defensor do livre comércio, pois acreditava que:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca da vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e intercâmbio. Esse é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Mas apesar do modelo ricardiano representar uma evolução em relação à Teoria de Smith, seu modelo foi formulado considerando-se alguns pressupostos básicos inter-relacionados, que abstraem a realidade. Deve-se ressaltar que, mesmo fazendo tais abstrações, Ricardo é considerado fundamental para o entendimento das teorias de comércio, pois grande parte das explicações do comércio está respaldada na premissa básica das vantagens comparativas. Dentre os principais pressupostos da teoria clássica ricardiana, existe um único fator de produção (o trabalho); a produtividade do trabalho nos vários países é diferente (no entanto, a diferença tecnológica motivadora das diferenças de produtividade não é explicada

pelos clássicos); os custos de produção são constantes; o trabalho é perfeitamente móvel entre as indústrias de um mesmo país, mas perfeitamente imóvel entre países; a dotação fatorial de trabalho de cada país é fixa; o trabalho é homogêneo; existe pleno emprego; existem rendimentos constantes à escala; há ausência de tarifas e custos de transportes e, por fim, todos os mercados são de concorrência perfeita.

Portanto, apesar de representar uma grande evolução na formulação das teorias de comércio, a teoria das vantagens comparativas possui algumas limitações que estão diretamente relacionadas aos seus pressupostos básicos. Dessa forma, várias críticas à teoria, como por exemplo, a de List (nacionalista alemão) denunciaram os perigos de uma especialização agrícola e expuseram suas teorias nacionalistas, contra o livre comércio, pregando o protecionismo e o controle do Estado sobre o comércio internacional. Enquanto outros pensadores adeptos ao livre comércio procuraram reformular a teoria de David Ricardo, melhorando-a e adaptando-a para a realidade do comércio internacional, formando uma nova escola de pensamento econômico: os neoclássicos. (GILPIN, 2002)

Embora preservando os pressupostos da teoria ricardiana, um salto significativo na explicação do comércio, foi dado pelo modelo de dotação de fatores ou teoria Hecksher-Ohlin, o qual incorporou grande parte da reformulação neoclássica das teorias de comércio. A teoria mais conhecida como H-O, “(...) sustenta que a vantagem comparativa de um país é determinada pela abundância relativa e pela combinação mais lucrativa dos seus vários fatores de produção, tais como capital, trabalho, recursos naturais, capacidade administrativa e tecnologia”. (GILPIN, 2002, p.197)

Deve-se ressaltar que os neoclássicos fizeram várias críticas às exposições dos clássicos e modificaram sua teoria de comércio em alguns pontos fundamentais: eles admitiram uma maior mobilidade dos fatores de produção entre os países e ressaltaram a importância das vantagens de escala para explicar o comércio. Além do trabalho, foram acrescentados outros fatores aos custos de produção, levando ao conceito da disponibilidade relativa de fatores como uma explicação dos fluxos de comércio. Também foram acrescentados no cálculo do custo de produção os custos de transporte. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004)

Desta forma, o que irá explicar se uma nação é produtora de um determinado bem dependerá da abundância relativa e intensidade no uso destes fatores de produção (capital, trabalho, recursos naturais, tecnologia e capacidade administrativa). Segundo Krugman, os países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em abundância.

A teoria H-O pressupõe um modelo com dois países, dois produtos e dois fatores e pode ser resumida em quatro proposições básicas: cada país se especializará na produção e exportação dos bens intensivos em seu fator de produção relativamente abundante domesticamente; o crescimento no preço relativo de um bem aumenta o retorno real do fator usado intensamente na sua produção; o comércio internacional trará a equalização dos rendimentos relativos entre as nações; por fim, um aumento na dotação de um fator, se o preço do bem for fixo, trará um acréscimo mais que proporcional na produção da mercadoria que usa o fator de forma relativamente mais intensiva e uma queda absoluta da produção da outra mercadoria que não utiliza este fator de forma tão intensiva. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004)

Pode-se dizer que são pressupostos básicos do modelo H-O: ambas as nações utilizam a mesma tecnologia; existem retornos constantes de escala; o mercado opera em concorrência perfeita; há ausência de custos de transportes, tarifas ou outro obstáculo qualquer ao livre comércio; todos os recursos são plenamente utilizados; por fim, o comércio deve estar sempre em equilíbrio.

Portanto, apesar de ser baseada em premissas semelhantes às utilizadas para a formulação da teoria das vantagens comparativas, pode-se dizer que o modelo H-O é relevante para explicar parte do comércio internacional, ou seja, o intercâmbio entre setores da produção mundial. Por exemplo, o modelo explica a troca de produtos manufaturados por matérias-primas, ou seja, o modelo é apropriado para explicar boa parte do comércio inter-industrial¹ mundial existente entre indústrias diferentes, em maior dimensão, entre países mais desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Ressalta-se que este modelo teórico tem menos êxito quando procura explicar o comércio intra-industrial² que ocorre mais intensamente entre os países industrializados.

¹ Entende-se por comércio inter-industrial, o comércio que existe entre indústrias diferentes.

² Entende-se por comércio intra-industrial, o comércio que existe somente dentro de uma indústria

No que se refere ao comércio intra-industrial, é um tipo de comércio que ocorre ao nível da indústria, com a existência de economias de escala, em mercados que não operam em concorrência perfeita, como é o caso da concorrência oligopolística.

Segundo Krugman, a produção é mais eficiente quanto maior for a escala na qual ela ocorre, o que significa dizer que ocorrerão rendimentos crescentes de escala, em que “dobrar os insumos de uma indústria irá mais que dobrar a produção da mesma.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004, p.126)

Sabendo disso, num modelo de concorrência oligopolística, as firmas podem influenciar os preços dos seus produtos, pois podem conseguir redução de custos através dos ganhos com economias de escala. Sob estas circunstâncias, cada firma considera-se uma formadora de preços, podendo escolher o preço do seu produto, o que não ocorre no mercado em concorrência perfeita.

Portanto, o padrão de comércio intra-indústrias não reflete as vantagens comparativas ricardianas. Ao contrário, esse tipo de comércio está amparado teoricamente pelas economias de escala, “(...) que evitam que os países produzam toda a variedade de produtos por si mesmos; assim, as economias de escala podem ser uma fonte independente de comércio internacional.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004, p. 143)

Em suma, a importância relativa do comércio intra-industrial e inter-industrial entre os países, depende de quão similares eles são. Se os países forem similares na razão insumo-produto, prevalecerá o comércio intra-industrial baseado em economias de escala em detrimento do comércio inter-industrial. No entanto, se essa razão insumo-produto for muito diferente, um país se especializará na produção de um produto enquanto o outro se especializará na produção de outro produto, gerando um comércio inter-industrial, baseado em vantagens comparativas e não haverá comércio intra-industrial com economias de escala. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004)

O comércio internacional não funciona apenas segundo as premissas estabelecidas pelo livre comércio. Em muitos casos, o este livre comércio não é a melhor opção de conduta comercial. Na verdade, a adoção de políticas comerciais na forma de tarifas, subsídios, cotas de importação, acordos preferenciais de comércio, entre outros, vem se constituindo num aspecto estrutural das relações de

comércio, e como tal vem se tornando um grande desafio para as análises econômicas relativas do entendimento da economia mundial e à reformulação da própria teoria do comércio. (KRUGMAN & OBSTFELD, 2004)

Nesse sentido, uma característica não prevista pelas teorias de comércio se refere à aproximação dos países na forma de acordos bilaterais, onde ressalta-se a recente proliferação de acordos bilaterais. Como diria o economista indiano Jagdish Bhagwati, “a tigela de espaguete não pára de crescer”. (Jornal O Estado de São Paulo, 2003)

Portanto, nota-se que existe uma tendência atual de proliferação de acordos bilaterais de comércio em detrimento do livre comércio, pois é desta maneira que os países conseguem obter maiores ganhos comerciais, ganhos que não eram previstos pela teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, mesmo que o comércio bilateral possa significar exclusão e desvio de comércio para os países não participantes deste comércio bilateral.

Com os acordos bilaterais, é plausível que dois países ganhem o máximo possível com o comércio devido à especialização do trabalho de cada um, devido aos diferentes fatores de produção. Essa é uma visão diferente daquela defendida pelos economistas neoliberais que acreditam veementemente que o bem-estar individual e o das nações são maximizados pela especialização econômica e pelo livre comércio.

Já os neoliberais consideram o livre comércio a melhor “política de comércio” a ser aplicada, pois só desta forma ocorrerá a especialização e a divisão internacional do trabalho, aumentando a produtividade individual de cada país e a acumulação de riqueza nacional e mundial. Ressalta-se que a teoria do livre comércio se preocupa com as condições de equilíbrio nas quais todos os agentes ganham num tipo de jogo recíproco.

Em suma, as teorias modernas sobre o comércio internacional incorporam as teorias neoclássicas à concorrência imperfeita, a inovação tecnológica, entre outros. Mas o que se deve notar é que as teorias até hoje publicadas baseiam-se, primordialmente, num comércio regido pelas normas do livre comércio. E a partir disso, qualquer comércio bilateral existente, pode ser analisado como uma distorção da teoria neoclássica de comércio.

É óbvio que a partir do momento que dois países obtiverem benefícios com o estabelecimento de um comércio bilateral, procurarão defender a idéia de um comércio regional direcionado entre os dois participantes do comércio bilateral, em detrimento das relações multilaterais de comércio.

Desta forma, segundo Bhagwati, do ponto de vista das relações políticas, setores que obtiverem vantagem com o comércio bilateral poderão se tornar fortes defensores de um comércio regional excludente. Esses setores se sentirão mais confortáveis, pois estarão obtendo ganhos com as “barreiras” erguidas contra países não integrantes. O que significa dizer que o multilateralismo terá seu apoio político reduzido. (Jornal O Estado de São Paulo, 2003)

Ao mesmo tempo em que o fortalecimento de barreiras comerciais reforça as estratégias dos países de promover acordos bilaterais, se constitui num desafio as teorias baseadas no livre comércio para explicar a inserção das economias no mercado mundial. Entretanto, ainda assim, a grande maioria das teorias de comércio prega o livre comércio como única referência para a inserção das economias no mercado mundial.

CAPÍTULO 2 – UM BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL CHINA

Pode-se dizer que o Brasil e a China têm mantido um intercâmbio comercial extra-oficial desde 1912, quando foi oficialmente proclamada a República Popular da China. Porém apenas em 1974 ocorreu a divulgação conjunta sobre o estabelecimento das Relações Diplomáticas sino-brasileira, criando de fato uma situação mais favorável para um desenvolvimento normal de comércio entre as duas nações, apesar da ocorrência de comércio entre os dois países, num valor de US\$ 8 milhões durante as décadas de 1950 e 1960. Em 1964, com o golpe militar no Brasil, o comércio extra-oficial entre os dois países foi interrompido. (MREa, 2006)

Tendo as relações diplomáticas sido retomadas em 1974, em 1978 o governo chinês iniciou um processo de abertura da economia, através da criação das “zonas econômicas especiais”, onde o governo (que era oficialmente socialista) permitiu a formação de pequenos blocos capitalistas (espaço regido por normas de uma economia de mercado capitalista) voltados para transações com o resto do mundo. A criação dessas zonas econômicas especiais visava a captação de capital e tecnologia estrangeira, bem como a instalação de empresas transacionais voltadas para a exportação, aproveitando o baixo custo da mão-de-obra chinesa. Ressalta-se que em 1980 havia cinco zonas econômicas especiais estabelecidas nas regiões de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e Fujian. (MREb, 2006)

Dessa forma, em 1978 foi assinado o 1º Acordo de Comércio entre o Brasil e a China, que tinha como objetivo principal aumentar gradativamente o comércio entre os dois países, concedendo “facilidades para importação e exportação de mercadorias produzidas pela outra Parte Contratante”, segundo Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. (DECRETO Nº 83.282)

Neste acordo ficou acertado entre as partes: aumentar gradualmente a variedade do intercâmbio de mercadorias e fazer o possível para manter o seu equilíbrio comercial, onde cada uma das partes contratantes (Brasil e China) poderia conceder as necessárias facilidades para importação e exportação de mercadorias produzidas pela outra parte contratante (ARTIGO 1º); as partes contratantes deveriam se tratar reciprocamente através do parâmetro da nação mais favorecida (ARTIGO 2º); os países deveriam seguir normas para a fixação do preço das mercadorias que seriam objeto de intercâmbio entre os dois países (ARTIGO 3º); os pagamentos das operações transacionadas poderiam ser realizados em qualquer tipo de moeda, desde que livremente conversível através do regime de câmbio (ARTIGO 4º); as partes contratantes fariam o possível para promover o intercâmbio de manufaturados e semimanufaturados sem prejuízo do intercâmbio das mercadorias tradicionais (ARTIGO 5º); comprador e vendedor poderiam assinar, a qualquer momento, durante o período de vigência do presente Acordo, convênios e contratos de importação e exportação de mercadorias a fim de facilitar as relações comerciais entre ambos (ARTIGO 6º); as partes contratantes fariam o possível para aproximar os dois países procurando facilitar o comércio através da realização de feiras e eventos comerciais, bem como aproximar as delegações dos respectivos países, quando de caráter comercial (ARTIGO 7º); as estipulações deste Acordo não se aplicariam às medidas restritivas que qualquer um dos países possa tomar para a proteção da segurança nacional, saúde pública e proteção do patrimônio artístico e histórico nacional (ARTIGO 8º); os países concordaram em formar uma comissão mista para investigar se o presente acordo está sendo cumprido (ARTIGO 9º); todos os contratos comerciais e convênios financeiros relacionados ao comércio, assinados de conformidade com o presente Acordo durante a sua vigência, continuariam a ser cumpridos segundo as disposições nele previstas, mesmo após a expiração deste Acordo (ARTIGO 10º); o presente acordo entraria em

vigor a partir da data de sua assinatura (ARTIGO 11º). (MREb, Divisão de Atos Internacionais). Disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_04_1098.htm acesso em 15/07/06.

Com a assinatura do Acordo de Comércio, o comércio bilateral foi se desenvolvendo de forma positiva durante o final dos anos 70 e início dos anos 80, embora modestamente em relação ao grande potencial dos respectivos mercados. Em 1984 foi assinado um Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, o que ampliava as bases do único tratado bilateral de comércio entre Brasil e China existente até então, através da incorporação de mercadorias a serem transacionadas, conforme protocolo adicional ao acordo de comércio entre o governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China. A tabela 1 deixa visível que somente em 1985, após a divulgação do protocolo adicional de comércio é que se intensificaram as relações comerciais Brasil China, pois só em 1984 o Intercâmbio Comercial Brasil China começou a atingir valores relevantes. (MREc, 2006)

TABELA 1 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – CHINA, 1978 - 1985. (US\$ Milhões FOB)

Período	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A – B)
1978	129,2	3,9	125,3
1979	118,3	83,8	34,5
1980	72,2	244,1	-171,9
1981	104,0	349,8	-245,8
1982	92,0	312,1	-220,1
1983	270,3	505,4	-235,1
1984	453,1	365,3	87,8
1985	817,6	418,5	399,1

FONTE: MDIC/SECEX

Em 1985 o valor do comércio bilateral atingiu a cifra de US\$ 1,23 bilhão sendo cerca de 70 vezes maior que o valor registrado em 1974 (US\$ 17,42 milhões), quando os dois países estabeleceram o início oficial das relações diplomáticas. O que significa

dizer que a corrente de comércio entre os dois países cresceu mais de 70 vezes de 1974 até 1985. Mas este crescimento em volume de comércio ocorreu não só devido a maior aproximação comercial dos países em função da assinatura do protocolo adicional de comércio, mas devido, principalmente, a maior abertura da economia chinesa para o exterior, o que impulsionou verdadeiramente o comércio entre o Brasil e a China a partir de 1985. (SECEXb, 2006)

A tabela 2 expõe alguns dados sobre este intercâmbio comercial, desde 1985 até 2005. O saldo dessas transações representa as exportações líquidas brasileiras enquanto o comércio corrente representa os ganhos reais de comércio entre os dois países. Como se observa na referida tabela as exportações brasileiras para a China cresceram aproximadamente 835% no período de 1985 a 2005. Além disso, as importações brasileiras provenientes da China cresceram aproximadamente 1278% no mesmo período. Com isso o saldo comercial passou de US\$ 399 milhões em 1985 para US\$ 1,4 bilhão em 2005, o que representa um crescimento de 370% em 20 anos, chegando a obter um saldo superavitário da Balança Comercial de US\$ 2,3 bilhões em 2003 e US\$ 1,7 bilhão em 2004. Por fim, percebe-se que a densidade de comércio entre esses dois países chegou a um montante de US\$ 12 bilhões no ano de 2005, contra US\$ 355 milhões no ano de 1991.

Uma análise mais detalhada dos dados mostra que desde 1986 até 1993, o comércio bilateral registrou quedas. Isto porque existia uma carência de oferta de produtos exportáveis do Brasil à China, o mercado brasileiro ainda estava muito fechado e houve um decréscimo de importação por parte do Brasil de petróleo proveniente pela China.

TABELA 2 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHINA, 1985 A 2005. (EM MILHÕES E PERCENTUAL)

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1985	817,58	---	3,19	418,56	---	3,18	399,01	1.236,14	1,95
1986	517,30	-36,73	2,31	289,03	-30,95	2,06	228,26	806,34	1,79
1987	361,53	-30,11	1,38	297,50	2,93	1,98	64,03	659,03	1,22
1988	718,48	98,73	2,13	82,91	-72,13	0,57	635,57	801,39	8,67
1989	628,34	-12,55	1,83	128,00	54,38	0,7	500,34	756,34	4,91
1990	381,80	-39,24	1,22	168,79	31,87	0,82	213,01	550,59	2,26
1991	226,40	-40,7	0,72	129,04	-23,55	0,61	97,36	355,44	1,75
1992	460,03	103,19	1,29	116,77	-9,51	0,57	343,25	576,80	3,94
1993	779,39	69,42	2,02	304,85	161,06	1,21	474,53	1.084,25	2,56
1994	822,41	5,52	1,89	463,49	52,04	1,4	358,92	1.285,91	1,77
1995	1.203,75	46,37	2,59	1.041,72	124,75	2,08	162,02	2.245,47	1,16
1996	1.113,82	-7,47	2,33	1.132,88	8,75	2,12	-19,05	2.246,71	0,98
1997	1.088,21	-2,3	2,05	1.166,42	2,96	1,95	-78,20	2.254,63	0,93
1998	904,87	-16,85	1,77	1.033,80	-11,37	1,79	-128,92	1.938,68	0,88
1999	676,14	-25,28	1,41	865,15	-16,31	1,76	-189,01	1.541,30	0,78
2000	1.085,22	60,5	1,97	1.222,14	41,26	2,19	-136,92	2.307,36	0,89
2001	1.902,09	75,27	3,27	1.328,41	8,7	2,39	573,67	3.230,50	1,43
2002	2.520,45	32,51	4,18	1.554,01	16,98	3,29	966,44	4.074,46	1,62
2003	4.532,55	79,83	6,2	2.147,44	38,19	4,45	2.385,11	6.680,00	2,11
2004	5.439,95	20,02	5,64	3.710,47	72,79	5,91	1.729,47	9.150,43	1,47
2005	6.833,66	25,62	5,78	5.353,26	44,27	7,28	1.480,40	12.186,92	1,28

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. SECEX. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/intCom2005/CHN.zip>>, acesso em 20/05/2006.

NOTA: (#) Part. % = Participação Percentual sobre o Total Geral das Exportações e Importações brasileiras.

Já em 1993, tem-se a abertura do mercado brasileiro e ocorre uma elevação da exportação de óleo de soja para a China, o que faz com que a corrente de comércio entre os dois países atingisse a cifra de US\$ 1,08 bilhão. Também em 1993 foi assinado o Protocolo de Intenções voltado para o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro.

Pode-se dizer que ambos os países em estudo se ajudaram no que diz respeito ao processo de abertura econômica quando em 1994 adentraram numa nova fase de desenvolvimento de intercâmbio econômico e comercial, tendo as exportações e importações Brasil-China superado a casa de 1,2 bilhões de dólares. Isto representou

18,6% a mais do que em 1993 e um terço do intercâmbio da China com a América Latina. Entende-se por intercâmbio econômico não só as relações de comércio, mas também todos acordos ou protocolos assinados no intuito de manter a ordem econômica e promover a melhoria das economias em estudo, bem como os investimentos estrangeiros. (SECEXb)

Desde 1993 o comércio bilateral cresceu até atingir seu ápice em 1997, com um volume de comércio de US\$ 2,25 bilhões. Isto porque o forte crescimento econômico chinês fez com que a população chinesa elevasse a utilização de bens de consumo duráveis, aquecendo ainda mais o comércio exterior chinês, ou seja, houve um aumento das importações chinesas no que se refere a bens de consumo duráveis.

Mas em 1998, com a crise asiática, o comércio bilateral voltou a reduzir. Tanto as exportações brasileiras para a China quanto as importações declinaram, embora estas em um volume menor, o que fez com que o Saldo da Balança Comercial ficasse Deficitário para o Brasil em 1998 e em situação bem mais desfavorável em 1999. (SECEXb)

Ressalta-se que devido à crise asiática, no ano de 1999, as vendas para o mercado chinês representaram apenas 1,41% das exportações totais do país. No período de 1996 a 1999 as importações chinesas provenientes do Brasil caíram aproximadamente 40% e as exportações chinesas para o Brasil caíram cerca de 34%. Como se pode notar, houve uma queda bem maior das exportações brasileiras para a China do que as exportações chinesas para o Brasil, devido à forte valorização do Real que foi implantado no ano de 1994. Por isso, como já foi dito, o saldo da balança comercial esteve deficitário para o Brasil em todo este período (1996 a 1999), atingindo seu ápice em 1999 com um déficit de quase US\$ 190 milhões. (SECEXb)

No ano 2000, após a desvalorização do Real no ano de 1999, inverte-se o quadro, com uma forte elevação das exportações brasileiras para a China e o déficit é

reduzido para US\$ 136 milhões. E em 2001 o Saldo da Balança Comercial já não é mais deficitário para o Brasil.

A principal explicação para essa forte mudança ocorrida no ano 2000 foi o grande número de indústrias que se instalou na China visando obter ganhos com o mercado de soja. Com isso ocorreu a instalação de muitas unidades processadoras de soja que fizeram com que o volume de exportações do complexo de soja do Brasil para aquele país passasse da média anual de 3 milhões de toneladas de grãos de soja entre 1997 e 1999, para 10 milhões de toneladas em 2000, tornando-se o maior comprador mundial de soja não processada.

Dentre os principais produtos de exportação para a China no ano de 2000, pode-se destacar: o minério de ferro e seus concentrados, pastas químicas de madeira, fumo em folhas, aviões, madeira serrada ou fendida, couros e peles, produtos laminados de ferro ou aço, soja (mesmo triturada) e óleo de soja em bruto. Já no que diz respeito aos produtos importados provenientes da China podemos destacar aparelhos transmissores, receptores, brinquedos, jogos, carvão (coque e hulha), máquinas automáticas para o processamento de dados, motores, geradores, transformadores elétricos, lâmpadas, tubos elétricos e faróis, circuitos integrados e conjuntos eletrônicos e compostos de funções nitrogenadas. (SECEXb)

Em 2001, permanece a situação de crescimento das relações bilaterais de comércio e o Brasil alcança um superávit de US\$ 573 milhões em transações correntes com a China, totalizando mais de US\$ 3 bilhões em volume de comércio.

No ano de 2001, a China tornou-se oficialmente membro da Organização Mundial de Comércio (OMC). Com isso, esse país se comprometeu perante o mundo a reduzir tarifas de importação e a eliminar subsídios à exportação incompatíveis com as regras da OMC, além da liberalização de serviços financeiros, de telecomunicações e a eliminação de exigências quanto aos investimentos estrangeiros. Dessa forma, o

mundo teria maiores facilidades de intercambiar com a China e por isso, pode-se dizer que a entrada da China na Organização Mundial do Comércio é um grande avanço no sentido de promover relações de comércio mais eficazes. Ressalta-se também a mudança que começa a ocorrer na pauta de exportações da China para com o Resto do Mundo: até meados dos anos 90, o país se destacava como exportador de produtos intensivos em trabalho, tais como artigos têxteis e vestuários. Mas a partir de 2001 aumentaram significativamente as exportações de aparelhos intensivos em tecnologia, tais como: máquinas de escritório e informática e aparelhos eletrônicos e de comunicação.

Já no que diz respeito às exportações brasileiras para a China, a pauta de exportações não tem se diversificado muito durante o tempo, mantendo a mesma base, que está concentrada em setores intensivos em recursos naturais, tais como: a soja, o minério de ferro e produtos siderúrgicos.

Nos anos que seguem a 2001, o volume do comércio entre o Brasil e a China aumentou cada vez mais desde 2002 sucessivamente até 2005. Em 2004 o presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva foi, em missão oficial, à China, acompanhado de cerca de 460 empresários além de oito Ministros do Governo e cinco Governadores, numa missão que foi vista por muitos analistas como “A mais importante Missão Comercial da história do Brasil”. Nessa missão comercial foram assinados 15 acordos de cooperação para a produção de automóveis, petróleo, carvão e aço destacando-se principalmente os seguintes termos:

- instalação de um escritório da Petrobrás em Beijing, sendo que há grande interesse chinês pela tecnologia desenvolvida pela Petrobrás de exploração de Petróleo em águas profundas; acordo entre a Petrobrás e a Sinopec para exploração e produção de petróleo em conjunto em terceiros países, incluindo África e Oriente Médio;

- os acordos envolvendo a Companhia Vale do Rio Doce, visando a produção de aço e alumínio numa associação com a Baosteel; produção de carvão com a Baosteel e a Yongcheng, produção de bauxita em associação com a Companhia de Alumínio da China;

- também foram iniciadas negociações para um acordo de cooperação nuclear. (Oliveira, 2004)

Deve ser citado também, que após a realização de vários acordos de âmbito científico e político, além do acordo de comércio de 1978 e do protocolo adicional do comércio de 1984, foi assinado em 2004 o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento entre Brasil e China, que consistia num acordo que tratado em 7 artigos tinha o objetivo de beneficiar a economia e promover melhorias no comércio bilateral entre ambos³.

Em suma, a China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e o terceiro maior mercado de destino das exportações brasileiras, atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. No sentido oposto, o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina. E mesmo que isso represente uma pequeníssima parcela do comércio internacional da China com o Resto do Mundo, não deixa de ser um dado relevante, pois se comparado aos dados de 30 anos atrás, pode-se visualizar melhor o quanto tem evoluído as relações de comércio entre o Brasil e a China.

³ Segue em anexo o Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento. (MREd, 2006)

CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO RECENTE DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA:

Atualmente, pode ser observado um cenário para o comércio bilateral entre o Brasil e a China que tem evoluído através de um maior intercâmbio de mercadorias, gerando maiores ganhos comerciais, o que quer dizer que ambos os países têm obtido resultados satisfatórios com o intercâmbio comercial existente. Mas este intercâmbio comercial Brasil-China tem seguido um padrão de comércio no qual a pauta de exportações brasileiras para a China é muito concentrada em poucos produtos básicos, intensivos em recursos naturais, tendo como produtos principais a soja e o minério de ferro, enquanto as importações brasileiras provenientes da China são bem mais diversificadas com predominância de produtos manufaturados. Este capítulo pretende explicar porque as relações de comércio entre os dois países evoluíram neste sentido.

3.1) EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: ASPECTOS GERAIS

Uma análise mais detalhada sobre o comércio bilateral Brasil e China tendo por base o ano de 2003, revela que enquanto os dez principais produtos chineses importados pelo Brasil representavam 37% do total importado pelo Brasil proveniente da China, 40,5% das exportações brasileiras para a China em 2003 eram realizadas com base em apenas dois produtos: soja e minério de ferro. É de se destacar que as exportações brasileiras para a China de óleo de soja e resíduos da extração do óleo foram quase totalmente substituídas pela exportação de soja em grão entre os anos 1996/1998 e 2001/2003, segundo dados da SECEX. Isto pode ser explicado pela estratégia do governo chinês de promover o desenvolvimento da agroindústria de forma a obter maior valor agregado. Além disso, no Brasil foi aprovada a Lei Kandir⁴ que incentivava às exportações de grãos, pois através da desoneração do ICMS incidente sobre as exportações de grãos prevista na lei, ficava mais barato exportar.

⁴ A Lei Kandir foi criada com a finalidade de ressarcir os estados pela desoneração do ICMS incidente sobre as exportações e entra em vigor a partir do ano 2000. Pelas regras, os estados arcarão com 50% dos prejuízos e a União, com o restante. (Caetano, V. Jornal O Globo 2004)

Outro fato a destacar é que o principal produto de exportação do Brasil para a China, a soja, está sofrendo cada vez mais concorrência no mercado internacional e, especialmente, dos Estados Unidos. Este país tem feito pressão sobre a China, para que aumente a compra de seu produto, o que reduziria o déficit da balança comercial dos EUA. Já no que diz respeito às importações brasileiras provenientes da China, pode-se dizer que a maior parte das importações brasileiras de produtos chineses é de partes de equipamentos e máquinas elétricas (30,7% no triênio 2000/2003). Em especial, partes de aparelhos para gravação e reprodução, câmeras de televisão, circuitos integrados, instrumentos ópticos, etc.. No mesmo período, as importações brasileiras de carvão mineral representaram 13,1%. Outros produtos importantes da pauta de importação brasileira de produtos provenientes da China, são: partes e acessórios de máquinas para processamento de dados, unidades de memória e assemelhados. (PEREIRA; FILHO, 2005).

Comparativamente, a análise por setor e região revela que os Estados Unidos e a América Latina são o destino das exportações brasileiras de produtos intensivos em tecnologia. Em contrapartida, as exportações para a União Européia e todo o Leste Asiático, inclusive a China, são fortemente concentradas em produtos intensivos em recursos naturais.

Nota-se que o Brasil não consegue competir com a China em produtos intensivos em tecnologia, nem mesmo em produtos intensivos em mão-de-obra. Por isso, o Brasil só exporta para a China produtos intensivos em recursos naturais, onde possui vantagem competitiva, devido à abundância que possui de recursos naturais, como é o caso da soja e do minério de ferro que são os principais produtos de exportação brasileira para a China. Já no caso de produtos intensivos em tecnologia e em mão-de-obra, o Brasil não consegue competir com a China devido ao baixo custo da mão-de-obra chinesa.

O fluxo de comércio bilateral (exportações mais importações) entre o Brasil e a China cresceu a ponto de superar tanto o crescimento do comércio total chinês quanto o brasileiro. Em 1993 a participação da China no total das exportações brasileiras era de 2%. Esse valor subiu para 6,2% em 2003, sendo que neste último ano a taxa de crescimento foi aproximadamente 50%. Por outro lado, o Brasil passou a responder por 0,49% do total mundial das exportações chinesas, contra

0,33% em 1993. O que pode-se perceber é uma maior aproximação entre os mercados brasileiro e chinês com o passar dos anos. (SECEXb, 2006)

Observa-se portanto, que no ano de 2002 a participação da China no total das exportações brasileiras era de aproximadamente 4,1%. O que permite concluir que em 9 anos (1993 a 2002) a participação da China no total das exportações brasileiras cresceu em torno de 100%, enquanto que em um ano (2002 a 2003) essa participação aumentou quase 50%. Isso deixa claro como se intensificaram as relações de comércio entre o Brasil e a China nos últimos anos, a partir de 2003, mesmo havendo uma forte valorização da moeda nacional (Real) neste mesmo ano, o que por si só, dificultaria um aumento das exportações brasileiras para qualquer país. (TABELA 2)

Dessa forma, nota-se a ocorrência de avanços reais no que diz respeito às relações bilaterais de comércio entre Brasil e China no final do século XX e início do século XXI. Esses avanços em parte resultaram de ações diplomáticas entre os dois países. Um exemplo disso foi a viagem do Presidente do Brasil à China no ano de 2004, onde foram assinados 15 acordos de cooperação para produção de automóveis, petróleo, carvão e aço.

As relações de comércio entre o Brasil e a China, podem ser analisadas com base em três períodos distintos, a partir de 1985 quando se iniciou de fato um intercâmbio comercial bilateral após a assinatura do Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio.

O primeiro período vai de 1985 até 1992 e tem como característica principal o baixo nível de importações, devido, principalmente, à estreita abertura da economia ao resto do mundo. É notável destacar que neste período (1985 a 1992) a China chegou a responder por 3% das exportações e importações totais brasileiras. (RIBEIRO; POURCHET).

Já o segundo período, de 1993 a 1998, tem como característica principal a abertura da economia brasileira, ou seja, a liberalização do comércio exterior do Brasil no governo Collor e a valorização da moeda brasileira após a implementação do Plano Real. Dessa forma, com o câmbio valorizado e a economia aberta ao resto do mundo, houve um forte crescimento das exportações e das importações. Porém houve um aumento ainda maior das importações, devido, principalmente, ao câmbio, o que gerou saldos deficitários da Balança Comercial do Brasil em relação à China.

Segundo dados do MDIC deve-se ressaltar que entre os anos de 1996 e 1998 houve um crescimento menor das exportações (média de 2,5% ao ano) em relação aos anos de 1994 e 1995 (média de 17% ao ano). Isto porque o período 1996/1998 é marcado por crises nas principais economias emergentes (Rússia, Brasil e Leste Asiático) ao mesmo tempo em que ocorreu uma forte apreciação do dólar frente às outras moedas.

Por fim, no terceiro período de 1999 quando ocorre a desvalorização do Real, até 2005, há um salto na corrente total de comércio. Ressalta-se nesse período uma recuperação da economia mundial devido a uma melhora nos preços do petróleo. Além disso, entre 2002 e 2004 houve uma desvalorização do dólar frente ao euro e ao iene, o que permitiu um enorme crescimento do comércio exterior da China com o resto do mundo, pois ficou mais barato para a China importar produtos provenientes dos Estados Unidos, o que significa dizer que ficou mais barato para os Estados Unidos exportar para a China, intensificando assim as relações de comércio.

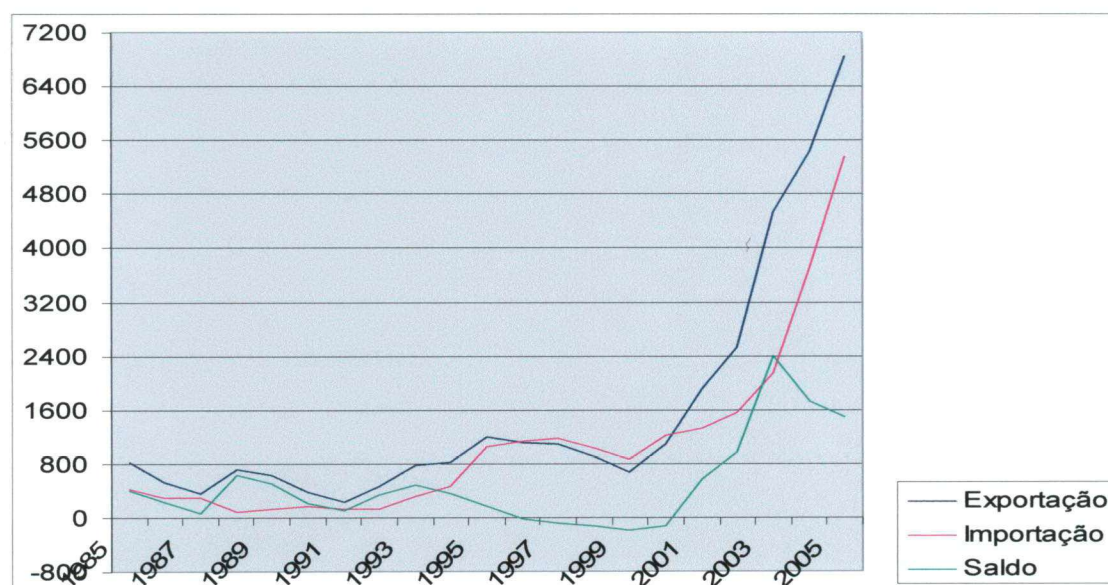
Explicando melhor o que foi dito no parágrafo anterior, percebe-se que com a desvalorização do dólar, ficou mais barato exportar para a China, o que fez com que ela passasse a importar bens intensivos em recursos naturais, além de importar tecnologia (com o dólar desvalorizado, ficava mais fácil “comprar” tecnologia proveniente do exterior e investir em Pesquisa e Desenvolvimento), o que passou a servir de base para a produção de bens intensivos em tecnologia, produzidos com mão-de-obra barata. Dessa forma, a China começou a exportar bens intensivos em tecnologia a custos reduzidos em relação a todos outros países.

Com relação às exportações brasileiras para a China neste terceiro período (após 1999) pode-se dizer que houve um “boom” exportador, devido ao volume, mas também ao aumento de preços dos produtos exportados (soja, metais e minério de ferro) e devido à desvalorização do Real em relação a 1994. No que diz respeito às importações brasileiras provenientes da China, percebe-se um forte aumento, associado a um crescimento da produção industrial chinesa, a baixos custos, vencendo a concorrência com outros mercados (Estados Unidos, União Européia e Japão) onde a mesma mercadoria é produzida a um preço mais alto. O gráfico 1 ilustra a evolução do comércio bilateral Brasil - China ao longo do tempo.

Ao analisar o referido gráfico, percebe-se que apenas após 1999 houve, de fato, um crescimento das relações comerciais Brasil China, fato marcado pela elevação das exportações e importações brasileiras. Além disso, observa-se que o saldo da balança comercial Brasil China também começa a aumentar a favor do Brasil após 1999, se tornando positiva em 2001, atingindo seu pico em 2003, quando então passa a reduzir-se (embora a corrente de comércio continue a aumentar).

Ressaltando a importância econômica da China no contexto internacional, estima-se que tal país aumentou o nível de suas exportações no comércio mundial em aproximadamente 645% entre 1993 e 2004. Enquanto as duas principais economias mundiais (Estados Unidos e Japão) aumentaram suas exportações em níveis mais modestos (176% e 156% respectivamente). (TABELA 3)

GRÁFICO 1 – SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA (EM US\$ MILHÕES)



Fonte: MDIC/SECEX (elaboração própria)

A tabela 3 apresenta o volume de exportações de um país, e sabendo que este dado é um bom indicador para analisar o desempenho do comércio exterior do país, percebe-se que a China obteve um bom desempenho em termos de crescimento de suas exportações, pois conseguiu superar as vendas externas de muitos países emergentes chegando a superar as exportações do Japão (segunda maior economia mundial). Esse aumento das exportações chinesas ocorreu

fundamentalmente em função de uma taxa de câmbio favorável (que o governo mantém desvalorizada) e de grande disponibilidade de mão-de-obra barata no mercado interno. (SECEXa, 2006)

TABELA 3 – CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS POR REGIÃO

Blocos/Países	Exportação (Em US\$ bilhões)			Participação nas Exportações (%)			Crescimento (% ao ano)	
	1993	2003	2004	1993	2003	2004	93-03	03-04
<i>América Latina</i>	130	371	460	4,6	6,5	6,5	11	24,2
Argentina	13	30	34	0,5	0,5	0,5	8,5	16,1
Brasil	39	73	96	1,4	1,3	1,4	6,6	32
México	52	165	189	1,8	2,9	2,7	12,3	14
Demais da A. Latina	27	103	141	0,9	1,8	2	14,4	37,3
<i>Estados Unidos</i>	465	724	819	16,4	12,6	11,6	4,5	13,2
<i>União Européia</i>	549	1126	1375	19,4	19,7	19,5	7,4	22,1
<i>Leste Asiático e Índia</i>	936	1856	2307	33	32,4	32,7	7,1	24,3
China	92	438	593	3,2	7,7	8,4	16,9	35,3
Índia	22	63	73	0,8	1,1	1	11	15,1
Japão	361	472	565	12,7	8,2	8	2,7	19,7
Demais Leste Asiático	461	883	1077	16,3	15,4	15,3	6,7	21,9
Demais	756	1652	2089	26,6	28,8	29,6	8,1	26,5
Total	2836	5729	7050	100	100	100	7,3	23,1

FONTE: MDIC/SECEX (elaboração própria)

A política cambial adotada pela China nos últimos onze anos mantendo o Yuan deliberadamente desvalorizado tem funcionado como um instrumento de política de desenvolvimento, favorecendo a produção local e suas exportações. Tal política já permitiu à China expandir suas exportações e acumular enormes reservas cambiais que superam a casa dos 900 bilhões de dólares, o que lhes dá um poder muito grande de manipular a taxa de câmbio. Grande parte dessas reservas chinesas está aplicada em títulos da Dívida dos Estados Unidos, o que por sua vez, mostra o quão dependentes são a economia norte-americana e a economia chinesa.

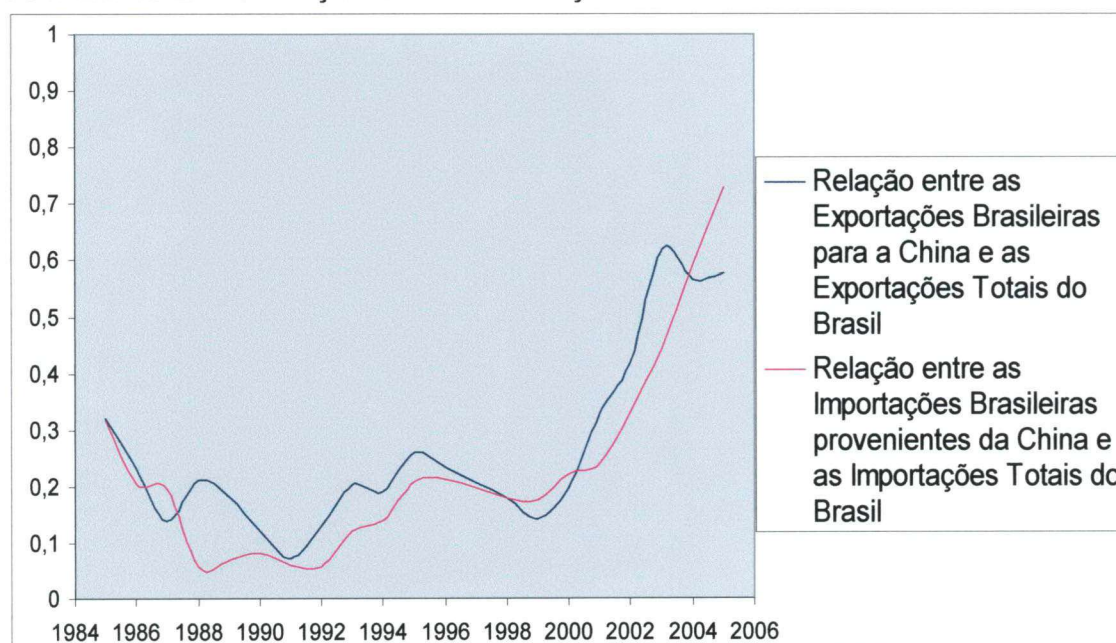
A China conseguiu aumentar suas exportações em 16,9% ao ano entre 1993 e 2003, enquanto, como já foi dito anteriormente, o Brasil passou a responder por 0,49% do total mundial das exportações chinesas em 2003, contra 0,33% em 1993. Isto significa dizer que o aumento das exportações chinesas para o Brasil foi menor que o aumento total das exportações chinesas para o resto do mundo.

3.2) A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO COM A CHINA NO CONTEXTO DO COMÉRCIO TOTAL DO BRASIL

Para melhor entender a evolução do comércio bilateral Brasil-China, será exposta a evolução das exportações totais do Brasil para o mundo em contrapartida com a evolução das exportações totais do Brasil para a China. O gráfico 2 demonstra a trajetória das exportações totais do país e a trajetória das vendas específicas para a China.

Observa-se que entre 1985 e 1992 as exportações totais tiveram um desempenho melhor se comparado às exportações para a China, fato que inverteu no período seguinte entre 1993 e 1999. Mas apenas no ano 2000 é que a diferença se faz nítida, com o aumento das exportações para a China na ordem de 525% enquanto que no mesmo período de tempo as exportações totais brasileiras aumentaram apenas 52%.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO COMÉRCIO COM A CHINA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS.



FONTE: MDIC/SECEX (elaboração própria)

Ressalta-se que o forte aumento das exportações brasileiras para a China está relacionada ao aumento de preços das commodities devido à maior necessidade chinesa pelos produtos, soja e minério de ferro, como pode ser visto nas tabela 4 e 5. A Tabela 4 mostra os principais produtos exportados pelo Brasil para a China nos anos de 2004 e 2005 e a tabela 5 mostra os principais produtos importados pelo Brasil provenientes da China.

TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA A CHINA, PRINCIPAIS PRODUTOS, 2004 E 2005

Principais Produtos Exportados	2005 (Jan/Dez)			2004 (Jan/Dez)			Var. Rei
	Valor US\$ FOB	Particip. %	Peso KG	Valor US\$ FOB	Particip. %	Peso KG	05/04
Grãos de soja mesmo triturados	1.716,92	25,12	7.157.545.807	1.621,73	29,81	5.678.004.818	5,87
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1.242,54	18,18	50.257.364.660	781,36	14,36	43.161.517.140	59,02
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	542,09	7,93	8.804.343.303	333,59	6,13	9.536.797.747	62,5
Óleos brutos de petróleo	541,62	7,93	1.859.420.046	210,13	3,86	939.623.634	157,76
Fumo não manufaturados	246,66	3,61	62.220.600	101,74	1,87	27.531.000	142,45
Pasta química de madeira	230,10	3,37	625.802.075	252,16	4,64	783.635.674	-8,75
Laminados de ferro e aço	165,02	2,41	318.137.331	49,96	0,92	123.380.020	230,31
Óleo de soja, em bruto	144,04	2,11	315.496.980	422,87	7,77	750.641.000	-65,94
Outras madeiras serradas / cortadas em folhas	100,57	1,47	180.706.948	81,94	1,51	180.868.208	22,75
Pedaços e miudezas, comestíveis de gaios/galinhas e congelados	78,30	1,15	115.846.285	33,69	0,62	59.907.879	132,42
Total geral	6.833,66	100,00	72.560.245.308	5.439,95	100,00	64.062.355.426	25,62
Total principais produtos	6.505,97	95,20	72.345.704.734	5.031,49		63.632.913.839	
Demais produtos	327,69	4,80	214.540.574	408,46	7,51	429.441.587	-19,77

FONTE: MDIC/SECEX (elaboração própria)

NOTA: Os valores estão em milhões

TABELA 5 – IMPORTAÇÃO BRASILEIRA PROVENIENTE DA CHINA, PRINCIPAIS PRODUTOS, 2004 E 2005

Principais Produtos Importados	2005 (Jan/Dez)			2004 (Jan/Dez)			Var. Rei
	Valor US\$ FOB	Particip. %	Peso KG	Valor US\$ FOB	Particip. %	Peso KG	05/04
Peças para aparelhos transmissores / receptores	396,48	7,41	1.208.073	162	4,37	683.040	144,51
Dispositivos de cristais líquidos (lcd)	255,93	4,78	723.474	159	4,29	385.463	60,79
Coques de hulha de linhita ou de turfa	163,57	3,06	737.469.794	339	9,13	1.045.637.731	-51,74
Outros aparelhos videofônicos de gravação/reprodução	121,18	2,26	10.373.150	52	1,39	4.016.846	134,37
Terminais portáteis de telefonia celular	101,97	1,9	142.712	26	0,69	81.093	297,43
Peças para aparelhos receptores radiodif. televisão	90,82	1,7	7.878.092	99	2,67	7.869.065	-8,44
Tecido de filam poliéster não texturizado	74,34	1,39	24.583.117	69	1,85	22.081.866	8,15
Circuito impresso	69,57	1,3	2.335.845	41	1,1	1.914.551	71,04
Outros acumuladores elétricos	58,87	1,1	859.203	52	1,39	759.057	13,91
Mecanismos toca-discos, mesmo c/cambia dor, p/aparelhos reproduzores	58,59	1,09	1.841.237	39	1,04	1.058.163	51,6
Total geral	5.353,26	100	2.706.674.598	3.710	100	2.828.509.022	44,27
Total dos principais produtos importados	3.055,15	57,07	1.665.155.215	2.112		1.936.068.280	
Demais produtos	2.298,10	42,93	1.041.519.383	1.598	43,08	892.440.742	43,77

FONTE: MDIC/SECEX (elaboração própria)

NOTA: Os valores estão em milhões

3.3) IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DA CHINA

Tal como foi analisado no subitem anterior (3.2), será exposta a evolução das importações totais do Brasil, bem como a evolução das exportações totais chinesas. Comparativamente, serão expostos dados sobre a evolução das importações brasileiras provenientes exclusivamente da China. O gráfico 2 (pág. 26) demonstra a trajetória das importações totais do Brasil e a trajetória das compras oriundas exclusivamente da China.

Com base na periodização utilizada neste trabalho⁵, observa-se que entre 1985 e 1992 a China perdeu espaço na pauta importadora da economia brasileira, enquanto que as importações totais brasileiras tiveram um crescimento moderado.

Como se observa no gráfico 2 o período de 1993 a 1998 é marcado pelo forte crescimento das importações totais do país bem como das importações provenientes exclusivamente da China. Este aumento das importações é uma característica marcante de um período marcado pela abertura econômica para o resto do mundo e pela valorização da moeda nacional após a implantação do Plano Real.

Mas a partir de 1999, com a forte desvalorização do Real, as importações totais do Brasil tiveram seu ritmo de crescimento diminuído, enquanto que as importações provenientes da China sofreram um forte aumento. Segundo dados da SECEX/MDIC, o quantum importado da China cresceu em torno de 230% entre 1999 e 2003. Isto se deve principalmente ao baixo preço dos produtos chineses quando comparados com produtos de outros países, devido à barata mão-de-obra chinesa (o que tornava os produtos chineses muito baratos). Dessa forma, mesmo num período em que as importações brasileiras reduziram (devido à desvalorização da moeda, o que encarece as importações), o Brasil aumentou suas compras provenientes do mercado chinês. No mesmo período as importações totais do Brasil registraram uma queda de 1,6%, o que resultou em um aumento de 2,7% (alteração de 1,8% para 4,5%) na participação da China na pauta de importação brasileira em apenas 4 anos (de 1999 a 2003).

No entanto, a partir de 2003 ocorreu uma valorização do Real que resultou num aumento de importações, reduzindo simultaneamente as exportações. Porém, devido ao maior intercâmbio comercial Brasil-China tanto as exportações brasileiras para a China quanto às importações brasileiras provenientes da China tiveram crescimento. Ou seja, no ano de 2003, com a valorização cambial, as exportações brasileiras tiveram seu ritmo de crescimento reduzido, mas continuaram crescendo e mantendo uma taxa de participação expressiva no total das exportações brasileiras. Em 2002, esta taxa era 4,18%, enquanto que em 2003, 6,20% das exportações

⁵ Existem 3 períodos distintos para a análise da evolução das relações de comércio Brasil-China, que serão definidos limitando-se através das seguintes datas: 1985 até 1992, 1993 até 1998 e 1999 até os dias atuais.

brasileiras tinham a China como destino final. Por fim, percebe-se que após a valorização cambial ocorreu o óbvio: as importações provenientes da China também aumentaram e a taxa de participação no total das importações nacionais passou de 3,29% para 4,45% e posteriormente para 5,91% nos anos de 2002, 2003 e 2004, sucessivamente.

Já a tabela 6 complementa o que foi dito anteriormente sobre a evolução das importações brasileiras, comparando o crescimento das importações mundiais por região.

Nota-se na tabela que enquanto a participação final do Brasil no total das importações mundiais, após sofrer oscilações, manteve-se estável em 0,9% nos anos de 1993 e 2004, a China modificou bastante sua participação no total das importações mundiais, alterando de 3,4% em 1993 para 7,4% sua participação no total das importações mundiais em 2004. Para efeito de comparação percebe-se que tanto os Estados Unidos quanto a União Européia mantiveram suas taxas de participação no total das importações mundiais quase que estáveis, além do caso do Japão que teve sua participação reduzida. (SECEXa, 2006)

TABELA 6 – CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS, POR REGIÃO

Blocos/Países	Importação (Em US\$ bilhões)			Participação nas Importações (%)			Crescimento (% ao ano)	
	1993	2003	2004	1993	2003	2004	93-03	03-04
<i>América Latina</i>	143	328	455	4,7	5,3	6	8,7	38,5
Argentina	17	14	22	0,6	0,2	0,3	-1,9	61,3
Brasil	27	51	66	0,9	0,8	0,9	6,4	29,7
México	65	171	206	2,2	2,7	2,7	10,1	20,5
Demais da Am. Latina	34	92	149	1,1	1,5	2	10,6	62
<i>Estados Unidos</i>	603	1305	1526	19,9	20,9	20,1	8	17
<i>União Européia</i>	602	1264	1495	19,9	20,3	19,7	7,7	18,3
<i>Leste Asiático e Índia</i>	829	1651	2092	27,4	26,5	27,6	7,1	26,7
China	104	413	561	3,4	6,6	7,4	14,8	36
Índia	23	71	95	0,8	1,1	1,3	11,8	33,6
Japão	241	383	455	7,9	6,1	6	4,8	18,5
Demais Leste Asiático	461	783	981	15,2	12,6	12,9	5,4	25,1
Demais	851	1688	2018	28,1	27,1	26,6	7,1	19,6

FONTE: Secex (elaboração própria)

3.3.1) PAUTA BRASILEIRA DE IMPORTAÇÕES PROVENIENTES DA CHINA

A estrutura da pauta brasileira de importações oriundas da China apresenta um grau de concentração não muito elevado se comparado à pauta brasileira exportadora para a China. A tabela 5 (pág. 28) mostra que os dez principais produtos da pauta de importação brasileira no ano de 2005 responderam por aproximadamente 26% do total, enquanto que no ano de 2004 esses mesmos produtos equivaliam a 28% das importações brasileiras provenientes da China. Isto significa que apesar de uma pequena variação, houve uma desconcentração da pauta importadora brasileira proveniente da China em aproximadamente 2%, ou seja, os dez principais produtos desta pauta passaram a representar uma porcentagem menor do total importado pelo Brasil.

Mas ressalta-se que existe sim uma concentração maior dentre os 4 principais produtos desta pauta de importação (partes para aparelhos transmissores/receptores, dispositivos de cristais líquidos, coques de hulha, de linhita ou de turfa e aparelhos videofônicos de gravação/reprodução), pois eles juntos somam aproximadamente 17,5% de um total de 26% da participação no total das importações brasileiras provenientes da China no ano de 2005.

3.4) EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES DE PRODUÇÃO

Segundo dados da SECEX, a participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras para a China caiu de aproximadamente 70% em 1998 para 50% em 2003, enquanto que às exportações de produtos manufaturados passou de 14% para 26% no mesmo período de tempo. Desta forma, embora possa estar havendo uma mudança no padrão de comércio entre o Brasil e a China as relações comerciais ainda são marcadas pela exportação de bens intensivos em recursos naturais pelo Brasil e pela importação de produtos intensivos em tecnologia. (SECEXb, 2006)

A tabela 7 mostra a composição das exportações brasileiras para a China segundo os principais setores e produtos, através do qual percebe-se uma grande concentração das exportações em um número reduzido de setores e produtos.

Esta concentração da pauta em poucos produtos e setores, longe de ser um fenômeno típico do ano de 2003, tem sido a regra nas exportações brasileiras para a China. Basta verificar que, entre 1998 e 2002, a soma das participações dos cinco principais produtos esteve sempre acima de 60%. Além disso, quando se olham todos os anos desde 1985, observa-se que os oito principais setores responderam sempre por mais de 80% das exportações para a China, sendo que os dois principais responderam sempre por mais de 55% da pauta. (RIBEIRO; POURCHET, p. 20)

TABELA 7 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA SEGUNDO SETORES E PRODUTOS SELECIONADOS (Em US\$ milhões e em %)

SETORES E PRODUTOS	2003 US\$ milhões	Var % a.a. 1999- 2003	Particip. na pauta em 2003 (%)	Participação na exportação brasileira do setor/produto em 2003 (%)
<i>Agropecuária</i>	1322	85,6	29,2	24
Soja	1313	85,3	29	30,6
<i>Extrativa mineral</i>	831	34,6	18,3	19
Minérios de ferro	765	33,4	16,9	22,1
<i>Siderurgia</i>	756	130,9	16,7	15,7
Laminados Planos	460	159,5	10,1	32,6
Semimanufaturados de ferro ou aço	258	149,7	5,7	16
<i>Peças e outros veículos</i>	324	184	7,2	5,2
Partes e peças para veículos	164	182	3,6	11
Motores para veículos automóveis	125	234,3	2,8	7,5
<i>Celulose, papel e gráfica</i>	312	51	6,9	10,9
Pastas químicas de madeira	266	49,9	5,9	15,2
<i>Óleos vegetais</i>	272	44,7	6	7
Óleo de soja bruto	256	54,2	5,7	24,6
<i>Madeira e mobiliário</i>	123	90,3	2,7	4,5
Madeira serrada ou fendida	111	94,1	2,5	17,2
<i>Calçados, couros e peles</i>	117	52,8	2,6	4,2
Couros e peles depilados	116	52,6	2,6	11
<i>Total 8 setores</i>	4058	64,9	89,5	12,2
<i>Demais 23 setores</i>	475	39	10,5	1,2
TOTAL GERAL	4533	60,9	100	6,2

FONTE: RIBEIRO; POURCHET, p. 19

A tabela 8 expõe a participação da china nas exportações brasileiras e sua contribuição para o crescimento das exportações segundo setores produtivos nos anos de 1999 e 2003.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO SETORES PRODUTIVOS EM 1999 E 2003, EM %

SETORES PRODUTIVOS	1999	2003
Agropecuária	5,1	24
Extrativa mineral	7,5	19
Siderurgia	0,9	15,7
Celulose, papel e gráfica	2,8	10,9
Óleos vegetais	2,8	7
Peças e outros veículos	0,1	5,2
Madeira e mobiliário	0,5	4,5
Calçados	1,1	4,2
Benefic. Produtos vegetais	1,7	2,8
Refino de petróleo e petroq.	0,7	2,4
Máquinas e tratores	0,8	2,1
Metarlugia não terrosos	0	1,7
Têxtil	0	1,6
Plástica	0,6	1,6
Outros produtos metarlúgicos	0,3	1,5
Elementos químicos	0,9	1,5
Material elétrico	0,6	1,4
Equipamentos eletrônicos	0,4	1,4
Indústrias diversas	1,3	1,3
Petróleo e carvão	0	1
Borracha	0,2	0,9
Minerais não metálicos	0,2	0,8
Químicos diversos	0,6	0,7
Veículos automotores	0	0,5
Farmacêutica e perfumaria	0	0,5
Abate de animais	0,4	0,3
Outros produtos alimentares	0,3	0,2
Artigos de Vestuário	0	0,1
Café	0	0,1
Laticínios	0	0
Açúcar	0,2	0
Total	1,4	6,2

FONTE: MDIC/SECEX (elaboração própria)

É importante notar que houve um crescimento de participação dos principais produtos e setores da pauta exportadora, mas acima disso, estes principais produtos e setores da pauta exportadora permaneceram os mesmos, dentre os quais se podem citar: Extrativa Mineral, Siderurgia, Agropecuária, Celulose, papel e gráfica e Óleos Vegetais.

3.5) EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS SELECIONADOS

Nesta seção será discutido separadamente os 2 principais produtos brasileiros existentes na pauta de exportação para a China: minério de ferro e soja.

3.5.1) Minério de Ferro e produtos siderúrgicos

Em 2003, houve uma alteração no comportamento da balança comercial brasileira no setor de metalurgia, que se mantinha relativamente estável, com poucas oscilações desde 1993. Isto porque passou a existir um aumento da demanda mundial de aço, especialmente pela China, que passou a ser o principal importador mundial do produto, principalmente devido ao grande número de construções civis no país, além da construção de represas e outras grandes obras de engenharia (no ano de 2003 a China foi responsável por 27,2% do consumo mundial de aço). (SECEXb, 2006)

No ano de 2004, a China se tornou o maior importador mundial de minério de ferro, que é a principal matéria-prima para a produção do aço tão consumido pelos chineses. Um estudo feito pela Companhia Vale do Rio Doce, estima que a demanda chinesa por minério de ferro está crescendo a taxas acima de 20% ao ano, pois a China tem precisado cada vez mais de Minério de Ferro de alta qualidade, o que permite melhorias na produção final (aço de melhor qualidade), maior produtividade, ganhos de eficiência, gerando menores níveis de poluição. (STOLIAR, 2004)

Sabendo dessas informações, pode-se concluir que o crescimento econômico chinês tem impactado significativamente o comércio mundial tanto no setor de siderurgia, quanto seus principais insumos, dentre eles, o minério de ferro. Ressalta-se que o Brasil é o maior exportador mundial de minério de ferro e o segundo maior exportador do minério para a China. O Brasil possui uma vantagem dos custos muito grande que está principalmente relacionada ao minério de ferro. As reservas brasileiras de minério de ferro, insumo responsável por cerca de 10% dos custos de produção de usinas integradas, são abundantes e de ótima qualidade. O Brasil detém 6,1% das reservas mundiais do produto, ocupando o quarto lugar no ranking

mundial após a Comunidade de Estados Independentes (CEI), China e Austrália. (STOLIAR, 2004)

Observa-se em um estudo do BNDES (2004), que a qualidade do minério brasileiro é superior ao seu principal concorrente mundial (a Austrália), com um teor de 64% contra um teor médio de 59% na Austrália e de 40% na China. Com isso, o Brasil vem cada vez mais ganhando espaço no mercado chinês, enquanto a importância da Austrália vem caindo continuamente (entre 1995 e 2002 o Brasil aumentou de 19% para 29% sua participação no mercado chinês, enquanto a Austrália no mesmo período perdeu participação, caindo de 47% para 36%). (PUGA, 2005)

Além do crescimento das exportações de minério de ferro, o Brasil tem aumentado a venda de aço para a China, apesar deste país ser o maior produtor mundial do produto. Mas o consumo chinês tem sido tão grande, que apesar da grande produção chinesa, os chineses ainda precisam importar parte do aço que têm utilizado em construções civis em todo país. Em 2003, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, as vendas brasileiras de aço para a China cresceram mais de 500%, atingindo US\$ 756 milhões. Esse aumento fez o país passar da sexta para a segunda posição como destino das exportações brasileiras. O ótimo resultado deveu-se, a aumentos na quantidade exportada nos diferentes segmentos do aço, mas, principalmente, foi beneficiado pela recomposição dos preços do produto no mercado internacional, em função do próprio aumento da demanda chinesa.

Porém, a demanda chinesa tem crescido principalmente nos segmentos com alto valor agregado, como é o caso dos aços especiais e dos aços revestidos. Enquanto isso, as exportações brasileiras são bastantes concentradas em produtos de baixo valor agregado, como é o caso de placas de aço, ou seja, aço semi-acabado, de menor valor agregado.

Mas o fato é que houve um crescimento da indústria siderúrgica brasileira, “(...) composta por 24 usinas, administradas por 11 empresas. Em 2004, o Brasil produziu 32,9 milhões de toneladas de aço bruto, colocando o país como oitavo produtor mundial, responsável, entretanto, por apenas 3% da produção mundial.” (PUGA, 2005, p. 40)

Em outras palavras pode-se dizer que a China revolucionou o comércio mundial no setor de metalurgia, o que trouxe alterações significativas no que diz respeito ao comércio bilateral Brasil-China nos dias atuais: é o que se pode chamar de “efeito China”:

O efeito China na metalurgia brasileira, no entanto, tem se manifestado mais mediante aumentos nos preços mundiais do setor, do que no quantum das exportações brasileiras. De fato, o índice de preços das vendas brasileiras de metalurgia deu um salto de 42,9%, em 2004, em contraste com uma queda de 0,2% no quantum exportado. O peso da China nas exportações brasileiras tem sido modesto. O valor das vendas do Brasil para a China no setor foi de US\$ 806 milhões, em 2003, caindo para apenas US\$ 492 milhões, no ano seguinte, ao passo que aumentaram fortemente as exportações para os Estados Unidos. (PUGA, 2005, p. 43)

Ressalta-se que o comércio mundial é mais concentrado em produtos de maior valor agregado, em especial, aços revestidos. Enquanto isso o Brasil concentra suas exportações deste setor no segmento de aços semi-acabados, devido a maiores vantagens competitivas na fase de produção quente⁶.

Segundo dados do BNDES o Brasil possui vantagem competitiva na produção de aço, pois o produz a baixos custos operacionais, de matérias-primas e baixos custos no processo de produção, se comparado aos custos totais de produção da siderurgia em países como a China, Estados Unidos, Índia e Rússia. (TABELA 9)

Analisando a tabela 9 percebe-se que o Brasil possui o menor custo relacionado a obtenção de matéria-prima, possui custos trabalhistas relativamente baixos se comparado aos custos norte-americanos e possui o segundo menor custo total operacional dentre os países selecionados. E por fim, caso seja feita uma média dos custos totais do processo de produção o Brasil terá o menor custo real de produção e operacionalização do aço. É por isso que o Brasil tem um forte ganho com a venda de aço para os chineses.

Enfim, o Brasil tem aumentado cada vez mais a exportação de aço e minério de ferro para a China, devido principalmente, à qualidade do minério de ferro nacional e aos baixos custos de produção siderúrgica no Brasil, o que compensa os altos gastos com transporte (devido a longa distância entre o Brasil e a China). Ressalta-se que tanto o aumento do preço mundial de commodities e também do

⁶ Entende-se por fase quente da produção a fase inicial de todo o processo siderúrgico; é a fase “bruta” do processo, onde se fazem placas de aço. Do modo similar, entende-se por fase fria, a fase mais delicada do processo, ou seja, a fase de acabamento do produto.

aço devido ao forte aumento da demanda chinesa, juntamente com o aumento da quantidade transacionada foram responsáveis pelo aumento das exportações brasileiras para a China. Porém, o efeito China, aumentando o preço mundial dos produtos foi o fator principal de melhoria dos termos de troca para o Brasil no que se refere ao intercâmbio comercial de minério de ferro e produtos siderúrgicos em geral.

TABELA 9 – CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SIDERURGIA NO MUNDO: ABRIL/2004 (US\$)

	<i>Brasil</i>	<i>China</i>	EUA	Índia	Rússia
<i>Custos das Matérias Primas</i>	123	148	149	156	136
Sintetização do minério de ferro	49	110	66	44	67
<i>Custos trabalhistas</i>	60	23	124	54	22
<i>Total do custo operacional</i>	300	353	431	348	286
<i>Gastos Financeiros</i>	57	40	33	73	27
<i>Custos no processo de produção</i>					
Coqueria	124	111	134	88	97
Alto-forno	117	169	172	116	132
Aço líquido	160	219	237	193	169
Placa	180	239	267	218	187
Bobina laminada a quente	220	273	323	258	221
Bobina laminada a frio	276	314	406	311	265

FONTE: BNDES. (extraído de Puga, F.P., A Inserção do Brasil no Comércio Mundial: o efeito China e potenciais de especialização das exportações).

3.5.2) Soja

Existem várias razões para a elevada concentração da pauta de exportações do Brasil para a China. Desde 1997 a China tem sido o maior importador mundial de produtos pertencentes ao complexo de soja. Também é de se ressaltar o quão expressivo é o crescimento das importações chinesas do complexo de soja quando comparado com a evolução da demanda por parte de outros grandes compradores de soja (Holanda e Japão). Enquanto estes países não alteraram suas importações entre os anos de 1995 e 2002, permanecendo relativamente estáveis, as compras chinesas cresceram fortemente. (SECEXb, 2006)

As exportações brasileiras de soja para a China cresceram 9,7% ao ano entre 1995 e 2002, superando a marca de 1 bilhão de dólares em 2002 (crescimento total de 91,5%), de acordo com a Secretaria da Receita Federal (2003). Mas deve-se atentar para o fato de que os Estados Unidos detiveram a posição de maior

exportador mundial de soja para a China entre os anos de 1997 e 2001. Antes desse período (1995 e 1996) e posteriormente (2002 até os dias atuais), o Brasil se tornou o maior exportador mundial de soja para a China, devido, principalmente, ao aumento da produtividade da soja brasileira, que superou a norte-americana e a restrição brasileira à produção de transgênicos (entre 2001 e 2002 a China impôs significativas restrições à importações de produtos geneticamente modificados). (PUGA; CASTRO, FERREIRA, NASCIMENTO, 2004)

Pode-se destacar algumas outras razões para a elevada concentração da pauta de exportações do Brasil para a China: "A soja e o óleo de soja são itens que fazem parte dos hábitos alimentares dos chineses, uma vez que são utilizados, respectivamente, na fabricação do "tofu", "shoyu" e do óleo de cozinha"; a demanda por soja faz aumentar o preço do produto; a imposição, por parte da Organização Mundial do Comércio, de limites aos subsídios concedidos pelo governo chinês aos produtores domésticos de soja; a produtividade da soja brasileira é superior à norte americana, devido a vários fatores, mas, principalmente, devido aos altos custos totais de produção que são maiores que os custos de produção no Brasil. (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm>, acesso em 07/09/2006).

Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, em 2002 o Brasil respondeu por 37% das importações chinesas contra 17% em 1999. Apesar desse aumento, a participação brasileira em 2002 ficou ainda bem abaixo dos 50% registrados em 1995. Além da concorrência com os Estados Unidos, aumentou fortemente a competição com a Argentina nesse mercado. De uma posição de coadjuvante em 1995, com uma participação de apenas 8% nas importações de soja pela China, a Argentina chegou a responder por 35% de tais compras em 2001. A perda de participação do Brasil no mercado chinês de soja se deveu, sobretudo, ao fraco desempenho das exportações de óleo de soja, ao passo que as vendas de soja em grãos cresceram significativamente nos últimos anos.

A soja em grãos foi o segmento mais dinâmico no âmbito das importações chinesas de soja entre 1995 e 2001. Já as compras do farelo e do óleo de soja caíram significativamente nesse período, com a decisão do governo de investir fortemente em instalações para o esmagamento de soja. Desde então, as compras chinesas de farelo reduziram bastante. Enquanto isso, as importações de óleo de

soja cresceram significativamente em 2002, recuperando uma parte da forte queda nas compras do produto ocorrida na segunda metade dos anos 90.

Em 2002, ano seguinte à primeira regulamentação do governo chinês restringindo a importação de produtos transgênicos, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos em termos de exportações do produto para a China. Nesse ano, as vendas brasileiras cresceram, apesar da queda na demanda chinesa. A queda afetou principalmente as exportações do Brasil, que respondeu por 54% das importações chinesas do produto em 1995. Além da queda na demanda chinesa, houve um forte aumento da competição com a Argentina, que ultrapassou o Brasil nesse mercado. Porém em 2002, com a recuperação das importações chinesas de óleo de soja, houve um substancial aumento das exportações brasileiras para esse mercado. Contudo, o Brasil continua sofrendo concorrência da soja argentina, que vem crescendo ano a ano sua participação nas importações de soja chinesa.

4 CONCLUSÃO

A análise apresentada neste trabalho sobre o perfil de comércio Brasil-China nos últimos anos mostra que houve um fortalecimento do intercâmbio de mercadorias entre Brasil e China através do comércio. As exportações brasileiras para a China, que representavam 1,97% das exportações totais do Brasil no ano 2000, passaram a representar 6,2% das exportações brasileiras em 2003. No mesmo período, o peso das importações chinesas no total das compras externas brasileiras evoluiu de 2,19% no ano 2000 para 7,28% em 2005.

Além disso, a principal característica do comércio Brasil-China é o alto grau de concentração das exportações brasileiras em poucos setores produtivos e produtos, sendo os dois principais, o agropecuário e o extrativo-mineral. Em cada um desses setores apenas um único produto, soja e minério de ferro, respectivamente, foram responsáveis por cerca de 90% das exportações setoriais. Já no que se refere às importações originárias da China, também existe uma razoável concentração da pauta, embora em menor grau do que o verificado para as exportações. Os dois principais segmentos (equipamentos eletrônicos e siderurgia) foram responsáveis por aproximadamente 40% do total importado da China.

Portanto os termos de troca entre os dois países são definidos pelas exportações pelo Brasil de commodities de baixo valor agregado, tais como, minério de ferro, soja em grão, óleo de soja, laminados planos, celulose etc, e importações da China concentradas em produtos intensivos em tecnologia, tais como, hulhas, aparelhos de transmissão, cristais líquidos, aparelhos eletrônicos etc. Nesse contexto, pode-se dizer que existe uma complementaridade entre as estruturas produtivas da China e do Brasil, o que significa dizer que os fluxos de comércio entre o Brasil e a China estão baseados principalmente no princípio das vantagens comparativas clássicas, onde o Brasil se apresenta como um fornecedor de produtos básicos intensivos em recursos naturais e como um receptor de produtos manufaturados intensivos em tecnologia.

Nota-se que é necessário que o governo brasileiro lance mão de alguns instrumentos para aumentar as exportações de produtos industrializados para a China para que a economia brasileira possa superar a situação atual de produzir e exportar commodities com baixo valor agregado.

Nos últimos anos, as relações bilaterais Brasil – China vem sendo influenciadas pelo crescimento dos fluxos de investimento direto estrangeiro, os quais poderão alterar o padrão de comércio existente e superar barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias. Nesse caso, pode ser mais vantajoso para uma empresa produzir em um outro país os bens até então exportados, como forma de obter melhor acesso a terceiros mercados via acordos comerciais. Uma ilustração desse movimento pode ser observada na empresa brasileira Embraer que se instalou na China, associando-se a uma empresa estatal chinesa com o objetivo de montar vinte jatos ERJ145 por ano e vender tais jatos exclusivamente para a China. A empresa Gradiente é um outro exemplo de parceria que vem se firmando entre o Brasil e a China cada vez mais. A empresa fabrica 60% de sua linha de produtos em solo chinês, devido ao baixo custo da mão-de-obra chinesa.

As relações bilaterais entre Brasil e China podem evoluir no sentido de uma maior aproximação entre as duas economias na forma de um padrão de comércio intraindustrial. Mais do que isso, a possibilidade de uma maior integração econômica estará condicionada às transformações competitivas em cada país e à importância que terão no comércio mundial no futuro.

REFERÊNCIAS

CAETANO, V. Governadores liberam bancadas no Congresso para votar o Orçamento. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=169331>>. Acesso em: 01 out. 2006.

GILPIN, R. *A Economia Política das Relações Internacionais. Coleção das Relações Internacionais*. Brasília: Unb, 2002.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia Internacional*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.

MELLO, P. C. Acordos bilaterais são instrumentos dos EUA. O Estado de São Paulo. São Paulo. 20 jul 2003. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/artigos/estado200703.asp>> Acesso em: 14 nov. 2006.

MILL, J. S. *Princípios de Economia Política. Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MREa. *Atos em Vigor Assinados com a República Popular da China*. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>>. Acesso em: 15 set. 2006.

MREb. *Acordo Comercial*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_04_1098.htm>. Acesso em: 15 set. 2006.

MREc. *Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_14_1497.htm>. Acesso em: 15 set. 2006.

MREd. *Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China Sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_97_5380.htm>. Acesso em: 15 set. 2006.

OLIVEIRA, C. T. *China. O que é Preciso Saber*. São Paulo. Aduaneiras. 2004

PEREIRA, L. V.; FILHO, G. T. F. *O Acesso da China à OMC. Implicações para os Interesses Brasileiros*. 2005. Disponível em: <http://www.cni.org.br/produtos/econ/src/estudos_cni5.pdf>. Acesso em: 31 out. 2006.

PUGA, F. P; *A Inserção do Brasil no Comércio Mundial: o Efeito China e Potenciais de Especialização das Exportações*. 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-106.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

PUGA, F. P.; CASTRO, L. B.; FERREIRA, F. M. R.; NASCIMENTO, M. M. O **Comércio Brasil - China: Situação Atual e Potencialidades de Crescimento**. 2004. Disponível em: <<http://www.finame.com.br/conhecimento/td/td-104.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

RECEITA FEDERAL. **O comércio Brasil-China de mercadorias: principais características**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

RIBEIRO, F.; POURCHET, H. **O Perfil do Comércio Brasil-China**. Disponível em: <http://geein.fclar.unesp.br/reunioes/quinta/arquivos/040705_Comercio_Brasil_China.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2006.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção os Economistas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SECEXa. **Evolução do Comércio Exterior Brasileiro e Mundial 1950/2006**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/evocomextbrasil/evolucaocebrasileiro.xls>>. Acesso em: 20 maio 2006.

SECEXb. **Indicadores e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/intCom2005/CHN.zip>>. Acesso em: 20 maio 2006.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STOLIAR, G. **Brasil-China no Século XXI. Perspectivas para uma Parceria de Sucesso**. 2004. Disponível em: <<http://www.bndespar.gov.br/conhecimento/seminario/GabrielStoliar.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

ANEXOS

.: DAI - Divisão de Atos Internacionais



MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO

A fim de promover ativamente o desenvolvimento da parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China e, por meio de entendimento amistoso, levando em conta arranjos regionais, os governos dos dois países resolvem incrementar e promover a cooperação nas áreas de comércio e de investimento, que será implementada de maneira equilibrada, de forma a garantir resultados satisfatórios para ambas as partes. Para tanto, Brasil e China, acordam cooperar nos seguintes pontos:

ARTIGO 1

O Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China.

ARTIGO 2

As duas partes concordam em fortalecer a cooperação nas áreas de regulamentação e inspeção fito e zoosanitária, de modo a assegurar condições para que os produtos de cada parte tenham acesso a ambos os mercados. As partes devem implementar medidas necessárias garantindo segurança e qualidade de produtos animais e vegetais, de acordo com as condições estipuladas no Acordo SPS da OMC, garantindo de forma rápida e fluída a aprovação dos trâmites burocráticos para o acesso ao mercado de produtos animais e vegetais nos respectivos países.

ARTIGO 3

Os dois países apoiarão ativamente os empreendimentos conjuntos (joint ventures) estabelecidos entre os dois países e darão assistência a esses empreendimentos na solução de problemas que surjam no curso de suas operações, com base no cumprimento das regras da OMC e dos princípios da economia de mercado. As duas partes farão esforços conjuntos para apoiar o empreendimento sino-brasileiro de aviação regional (joint venture) em seu estágio inicial. (Descrição detalhada encontra-se em anexo).

ARTIGO 4

As Partes envidarão esforços no sentido de desenvolver a cooperação no setor de tecnologia de informação, em especial no setor financeiro.

ARTIGO 5

Do mesmo modo, o Brasil e a China buscarão facilitar o comércio de coque siderúrgico entre os dois países.

ARTIGO 6

As duas partes reiteram o interesse recíproco na promoção de investimentos em ambos países, com participação de empresas dos países receptores na formação de empreendimentos conjuntos (joint-ventures).

As partes estimularão o comércio bilateral e cooperação no setor de investimentos. Os governos dos dois países e suas respectivas instituições facilitarão a cooperação nas seguintes áreas: infra-estrutura, energia, gás natural, proteção ambiental, meios de transporte, biotecnologia e mineração, entre outras áreas. Para isso, as partes deverão dar plena implementação a todos os memorandos de entendimento de cooperação assinados entre as instituições governamentais dos dois países.

ARTIGO 7

Caberá à Comissão Mista Econômico-Comercial, criada em 1978, avaliar a implementação, por ambas as partes, dos compromissos do presente Memorando de Entendimento. A Comissão se reunirá pelo menos uma vez por ano, ou a

qualquer momento, a pedido de uma das Partes.

Feito em Brasília, em 12 de novembro de 2004 em português, chinês e inglês, sendo todas as versões igualmente autênticas. Em caso de divergências entre as versões, a versão em inglês prevalecerá.

PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Fernando Furlan
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio

PELO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
Bo Xi Lai
Ministro do Comércio

A N E X O

Com vistas a apoiar o empreendimento conjunto (joint venture) de aviação regional sino-brasileira e seu desenvolvimento, o lado chinês adota diversas medidas para assegurar que o benefício usufruído pelo empreendimento não seja menor do que o prometido pelo lado chinês quando o empreendimento foi criado. Com vistas a apoiar a empresa a resolver adequadamente suas dificuldades temporárias na fase inicial de produção, o lado chinês continuará a encorajar empresas chinesas a comprar 10 aeronaves fabricadas pelo empreendimento conjunto em 2005, em seguida à compra pela "China Southern Airlines" de todas as aeronaves fabricadas pelo empreendimento no primeiro ano de produção como resultado dos esforços realizados pelo lado chinês. As duas partes apoiam os investidores no empreendimento em seus esforços para fazer vigorar o contrato e alcançar os objetivos relacionados ao conteúdo local e transferência de tecnologia nos prazos acordados. O lado chinês estudará positivamente a possibilidade de aplicar taxas diferenciadas de uso de aeroportos em função de diferentes tipos de aeronaves.